

A RELIGIOSIDADE NO BRASIL COMO DISPOSITIVO DE CONTROLE E A CONSTRUÇÃO DE UM SUJEITO CRÍTICO

Edilson Braz da Silva Junior¹

Emerson José da Silva¹

Mariana Santos de Freitas¹

Renata Vilela Rodrigues²

RESUMO

Este artigo problematiza como a religiosidade, enquanto um dispositivo de controle social e político no Brasil, impacta nos processos subjetivadores e na construção de um sujeito mais crítico e autônomo. Este estudo foi realizado através de pesquisa bibliográfica nas plataformas eletrônicas BVS Psicologia Brasil, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e período CAPES por meio das palavras-chaves Religiosidade, Subjetividade e Controle. Em complementaridade à pesquisa bibliográfica, foi realizado o levantamento de vídeos no aplicativo *TikTok*®, por meio de uma pesquisa documental. A partir da análise do discurso de Michel Foucault, os materiais bibliográficos e documentais foram divididos em três eixos de discussões: (a) o modo como os discursos religiosos operam enquanto demarcadores políticos e morais dos corpos e desejos; (b) a incidência dos discursos religiosos nos modos subjetivadores e; (c) as críticas e resistências aos discursos religiosos desenvolvidos pela ciência. A análise dos vídeos revelou que as redes sociais atualizaram a forma de vigiar os fiéis e o controle pastoral agora invade a intimidade cotidiana. Os discursos evidenciaram o uso do medo como estratégia de domínio sobre a vida, reforçando práticas de assujeitamento. Essa dinâmica retira do sujeito a responsabilidade sobre sua própria realidade, onde sua autonomia é trocada por uma tutela religiosa, necessidade constante de aprovação de autoridade externa. **Palavras-Chave:** Subjetividade. Religiosidade. Controle.

ABSTRACT

This article problematizes how religiosity, as a device of social and political control in Brazil, affects subjectivation processes and the construction of a more critical and autonomous subject. The study was conducted through a bibliographic review on the electronic platforms BVS Psicologia Brasil, Scientific Electronic Library Online (SciELO), and the CAPES journal portal, using the keywords Religiosity, Subjectivity, and Control. Complementing the bibliographic research, a survey of videos on the *TikTok*® application was carried out through documentary research. Based on Michel Foucault's discourse analysis, the bibliographic and documentary materials were organized into three axes of discussion: (a) how religious discourses operate as political and moral markers of bodies and desires; (b) the influence of religious discourses on subjectivation processes; and (c) the critiques and forms of resistance to religious discourses developed within scientific fields. The analysis of the videos revealed that social media has updated the ways in which the faithful are surveilled, and pastoral control now invades everyday intimacy. The discourses highlighted the use of fear as a strategy of domination over life, reinforcing practices of subjugation. This dynamic removes from the subject the responsibility for their own reality, in which autonomy is replaced by religious tutelage and a constant need for approval from an external authority.

Keywords: Subjectivity. Religiosity. Control.

¹ Discentes do 10º semestre do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG - E-mail: edilson.braz12@gmail.com; emerson.jose.silvaejs@gmail.com e msfreitaz1@gmail.com

² Professora Mestra e Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG - E-mail: renata.rodrigues@univag.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A diversidade cultural no Brasil é resultado da mistura de influências indígenas, africanas e europeias, o que contribuiu para a formação de uma identidade nacional rica e complexa. No entanto, o impacto da colonização portuguesa e a imposição de uma cultura eurocêntrica marcaram profundamente esse processo, provocando apagamentos e hierarquizações culturais (Belinski, 2015). Embora se possa identificar a presença da religiosidade como um traço persistente da colonização portuguesa — país que ainda hoje possui mais de 80% de sua população declarada católica (Coutinho, 2020) — é importante reconhecer que a disseminação das crenças católicas ocorreu de forma impositiva, resultando no silenciamento e na catequização de povos indígenas e africanos, que já possuíam suas próprias práticas espirituais antes da chegada dos colonizadores. Assim, a formação cultural e religiosa brasileira deve ser compreendida não como uma fusão harmoniosa, mas como um processo histórico de dominação e resistência.

Desde a colonização no Brasil, a religião tem sido operada como um instrumento de poder utilizado para moldar a nossa sociedade e legitimar estruturas de dominação social, sendo usada para controlar comportamentos, pensamentos e desejos muitas vezes através da culpa e da promessa de recompensas futuras, influenciando na construção de consensos e na naturalização de determinadas visões de mundo (Schwarcz, 2015). A forma como as ideias são produzidas e circuladas acabam por afetar a formação subjetiva e social do indivíduo.

Para Michel Foucault alguns princípios e discursos “são histórias perpetuadas para proteger estruturas de poder e silenciar vozes alternativas” (Nichols; Schwartz, 2009, p.284), e onde a religião é um campo bastante fértil para o exercício do poder, com papel fundamental na produção de verdades que buscam a definição de normas morais e internalização de valores, moldando indivíduos e contribuindo para a manutenção da ordem social e consequentemente da desigualdade desta sociedade, afetando diretamente na construção das subjetividades (Foucault, 1979).

Foucault (1979), em seu texto *A Microfísica do Poder*, traz a reflexão a respeito da capacidade das massas de se expressar bem e carregar os seus conhecimentos, seus saberes, mas que um sistema de poder impede que suas vozes sejam ouvidas, agindo de forma a se entranhar sutilmente em toda a sociedade, em uma espécie de silenciamento dessa massa.

As relações de poder caracterizam o corpo social indissociável da circulação do discurso, e não há exercício de poder sem a economia da verdade, na produção de uma nova verdade, que esteja mais de acordo ao discurso daqueles que detêm esse poder. Para Foucault

(1970, p.101), "somos obrigados pelo poder a produzir a verdade, somos obrigados ou condenados a confessar a verdade ou a encontrá-la...", doutrinando a busca dessa(s) verdade(s).

A burguesia que desde o final do século XVI tornou-se a classe dominante, visa em seu projeto de poder, lucros políticos e econômicos com a dominação e controle dos corpos, que precisam estar submetidos a sua ideia de sociedade pacífica e economicamente útil. "A burguesia não se importa com os delinquentes [...], mas se interessa pelo conjunto de mecanismos que controlam, seguem, punem e reformam o delinquente" (Foucault, 1970, p. 104).

Gustave Le Bon em sua obra *Psicologia das Multidões* [1895], argumenta que as instituições como a família, as igrejas, as escolas e o Estado têm uma função muito significativa na formação e comportamento das massas. Para Le Bon elas atuam como agentes de socialização transmitindo normas, crenças e valores que orientam os comportamentos em grupo (Le Bon, 2008).

Essa influência que as instituições exercem sobre as multidões, acabam por perpetuar ideias e crenças por um longo tempo, mesmo que tais ideias não façam muito sentido para a razão, elas criam um consenso social que dificulta a mudança e a crítica. Para o autor, as instituições detêm grande poder sobre os indivíduos, moldando desejos, resistentes à inovação e buscando preservar a ordem social já estabelecida (Le Bon, 2008).

A teoria clássica da soberania busca explicar a natureza do poder político dentro de um Estado, de onde vem, quem exerce e quais são os limites desse poder. De acordo com a teoria, o soberano tem poder absoluto sobre a vida e a morte dos seus súditos, o que subverte a ordem natural, transformando vida e morte em questões políticas, submetidas à vontade do governante. Nessa relação de poder os súditos tornam-se dependentes do soberano para viver ou morrer, perdendo autonomia sobre suas próprias vidas (Foucault, 2002).

[...] quando os indivíduos se reúnem para constituir um soberano, para delegar a um soberano um poder absoluto sobre eles, porque o fazem? Eles o fazem porque estão premidos pelo perigo ou pela necessidade. Eles o fazem, por conseguinte, para proteger a vida. E para poder viver que constituem um soberano (p. 287).

Nos séculos XVII e XVIII as técnicas de poder eram centradas no corpo individual, no seu alinhamento e preparação para o trabalho, uma técnica de disciplinar os corpos. Na segunda metade do século XVIII uma outra técnica de poder, apoiada na disciplinarização, agora se dirige não mais ao corpo individual, mas ao homem como espécie, instalada na multiplicidade dos homens, na formação de uma massa global, passando de poder de modo

individualizante para o massificante, "uma biopolítica da espécie humana", a instalação do biopoder, "afetando processos próprios da vida como o nascer, o morrer, a produção e a doença" (Foucault, 2002, p. 289).

Para Fuganti (2007), há uma suposta condição natural da subjetividade humana, construída social e historicamente, que implica na desqualificação de nossos desejos, constituídos pela falta, que nos coloca refêns de uma ordem externa que sabota e enfraquece nossa capacidade de nos reconhecermos nessa falta.

A lógica do biopoder se fortalece com a desqualificação da vida, nutrindo e reproduzindo uma vida doente e obediente, nos levando a investir nossos desejos numa falta que vem de fora. Nesta lógica capitalista, é preciso que as vidas sejam separadas de sua própria origem, afastadas de sua autenticidade. "E essa vida investida é instituída como vida faltante, como vida carente, essencialmente carente de objetos que a ligariam novamente à sua felicidade" (Fuganti, 2007, p. 133).

Para Gustave Le Bon (2008), as pessoas buscam a religião por diversos motivos, entre eles segurança, coesão e orientação. Para além da nossa própria compreensão como seres constituídos pela falta, pertencer a um grupo religioso é estar sob uma forma de subordinação a uma autoridade superior que proporciona um conforto emocional diante das incertezas da vida, o que explica porque as massas são tão passíveis à religião, o que também pode funcionar como um dispositivo de controle social e psicológico.

Entre outros fatores estão a necessidade de buscar um significado para a vida através das crenças e dogmas, o medo da morte e do desconhecido, a necessidade de pertencer a grupos sociais, a necessidade de uma figura de autoridade que oriente quanto ao que é certo ou errado, determinando condutas e comportamentos adequados utilizando as influências das tradições e cultura de um povo (Le Bon, 2008)

No Brasil, a partir da colonização, a religião judaico-cristã estabeleceu-se como um dispositivo de controle e de disciplinarização de corpos, e desde o século XVIII a sociedade ocidental intensificou as suas técnicas, transpondo a punição física para a vigilância constante e o treinamento contínuo. Contudo, a religião monoteísta, há séculos, já se utilizava dessas estratégias, aperfeiçoando-as ao longo do tempo. A promessa de recompensas celestiais e a ameaça de punições divinas constituem instrumentos eficazes para moldar os comportamentos dos fiéis, conforme a perspectiva foucaultiana (1999).

As relações de poder na sociedade brasileira, são visíveis na economia, na política e na condução desse povo para um lugar de passividade e alienação. Classes políticas ideologicamente vinculadas a interesses de grupos econômicos e/ou religiosos atuam na

manutenção de poderes e no controle dos corpos, dos pensamentos e das vivências desta população.

Observando o aumento dos discursos de ódio na população, paradoxalmente atrelados a necessidade de resgate da moral e dos bons costumes e percebendo o uso de discursos alienantes por parte de lideranças religiosas, como dispositivo de coerção e supressão de ideias, esta pesquisa investigou a seguinte problemática: Como a religiosidade, enquanto um dispositivo de controle social e político no Brasil, impacta na formação dos processos subjetivadores e na capacidade crítica dos indivíduos?

Discutir religiosidade é assunto que entra em um campo delicado da vida humana, que é a fé e o seu arrebatamento através de discursos religiosos que muitas vezes geram alienação, passividade e desdém às subjetividades. Assim, nosso trabalho não visa criticar a religião no seu sentido amplo, simbólico e subjetivo como um fenômeno de fé e esperança. Focamos apenas nos discursos de líderes religiosos neopentecostais de origem judaico-cristã, um movimento com vertente do cristianismo. Falar sobre religião pode ampliar a compreensão de que é possível um indivíduo manter os seus rituais de fé e ao mesmo tempo possuir um olhar mais crítico a respeito de seu papel como cidadão e do quanto essa consciência pode ajudar na concepção de uma sociedade mais igualitária social e culturalmente.

2 A RELIGIOSIDADE ENQUANTO UM DISPOSITIVO DE CONTROLE

Nesse contexto, a palavra “dispositivo” é um termo técnico no pensamento de Foucault que universaliza o conceito de poder. Tem a mesma amplitude do conceito de positividade, que Hegel escreveu como uma carga de rituais e regras impostas institucionalmente aos indivíduos, modulando um sistema de crenças e sentimentos — o que Foucault mais tarde chamará de dispositivo (Agamben, 2005).

Para Hyppolite, os conceitos do pensamento de Hegel apontam a oposição entre o que se pode chamar de “religião natural” e “religião positiva”. Enquanto a religião natural diz respeito à conexão humana com o que é sagrado, a religião positiva compreende o conjunto de crenças, regras e ritos de uma determinada sociedade. Hyppolite compreende que, “implica sentimentos que vêm impressos nas almas através de uma coerção e comportamentos que são resultado de uma relação de comando e de obediência e que são cumpridos sem um interesse direto.” Dispositivo é, em si, a rede que se estabelece em um conjunto de discursos, instituições, leis e proposições filosóficas, com a função estratégica que se inscreve em uma relação de poder (Hyppolite, 1983, p. 43 apud Agamben, 2005, p. 02).

De acordo com Deleuze (1996), essa rede é construída a partir de processos em constante transformação, não se limitando a categorias estáticas como objeto, sujeito ou linguagem. Conforme o filósofo, Foucault reconhece três instâncias que não são fixas nesse contexto e que estão em constante interação: saber, poder e subjetividade, o que permite compreender como os dispositivos moldam a realidade e os sujeitos, e como eles podem ser transformados.

Na instância do saber, às práticas definem o que pode ser conhecido, visto ou dito em determinado contexto por quem detém essa tutela, conduzindo a circulação desse conhecimento e englobando condições históricas, sociais e culturais. O poder, nesse sentido, é algo que se exerce através de relações complexas, determinando o que é permitido e o que é proibido, o que deve ser valorizado e o que deve ser marginalizado e que, de acordo com Foucault, opera de forma sutil e onipresente em nossas vidas (Deleuze, 1996).

Essa linha de subjetivação ocorre dentro de um dispositivo como uma fuga que permite que o indivíduo consiga se transformar e se diferenciar, mesmo dentro de um sistema que tenta controlá-lo, desafiando normas e padrões estabelecidos. A subjetivação mostra que os sujeitos possuem capacidade de transformação e resistência, mesmo diante de forças que atuam ao contrário (Deleuze, 1996).

Deleuze (1996) entende que a finalidade de um dispositivo como instrumento de resposta é a regulação e normalização dos corpos. A religião é um forte instrumento na formação de caráter e moralidade de uma população, porém, quando utilizada dentro de processos de alienação, como o ideal maior de um grupo religioso, legitima estruturas de poder social e político.

Nesse cenário, os dados da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (2024), do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, evidenciam a materialidade das violações ligadas à religiosidade no Brasil. Entre 01/01 e 31/12/2024, foram registradas 2.472 denúncias e 3.853 violações relacionadas ao direito à Liberdade de Religião ou Crença. Violação é a ocorrência de um ato que fere os direitos fundamentais de uma pessoa, e a denúncia é a comunicação dessa violência aos órgãos públicos responsáveis. O painel organiza esses registros em três subcategorias: Liberdade de Crença, Liberdade de Culto e Liberdade de Não Crença.

Na Liberdade de Crença, vinculada à livre escolha de uma religião ou crença, foram registradas 1.782 denúncias e 2.167 violações. Na Liberdade de Culto, referente à forma de expressar essa crença, foram apontadas 861 denúncias e 1.016 violações. Já a Liberdade de

Não Crença, que diz respeito ao direito de não ter religião, contou com 544 denúncias e 670 violações.

Desse modo, compreender a religiosidade como um dispositivo implica reconhecê-la não apenas enquanto prática cultural ou expressão de fé, mas como um mecanismo que articula saberes, regula comportamentos e legitima formas de poder que atravessam instituições, discursos e subjetividades. Essa compreensão permite problematizar as estratégias utilizadas para manter consensos morais, silenciar vozes dissidentes e naturalizar desigualdades por meio da crença, do medo ou da promessa de salvação. À vista disso, torna-se necessário investigar como esses dispositivos operam concretamente na sociedade brasileira e de que maneira seus efeitos podem ser identificados nos discursos e práticas religiosas atuais, o que será aprofundado nas etapas seguintes deste trabalho.

3 METODOLOGIA

Este estudo parte de pesquisa bibliográfica e documental, de base qualitativa, sobre os discursos religiosos e como esses incidem nos processos subjetivados. Richardson (2012) destaca que uma pesquisa qualitativa está diretamente voltada para a interpretação de significados sociais, priorizando uma análise profunda e detalhada das relações, comportamentos e percepções humanas. Realizar esta pesquisa qualitativa permitiu uma visão analítica sobre os discursos de líderes religiosos, e de como estes podem ser impactantes para a construção do sujeito crítico.

Quanto aos objetivos, esta é uma pesquisa explicativa-exploratória que pode ser classificada como uma pesquisa básica, considerando que o tema em questão é estudar/compreender um problema que permeia a nossa sociedade atual, como é o caso de discursos religiosos como dispositivo de controle de corpos e manutenção de poder de grupos específicos. Permitiu a ampliação do conhecimento científico e o levantamento de novas indagações que poderão ser investigadas em outros estudos (Gil, 2017).

De acordo com Gil (2017, p.33) toda pesquisa exploratória “tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. Tem como finalidade identificar os fatores que contribuem para que determinados fenômenos aconteçam, aprofundando no conhecimento de uma realidade e com o objetivo de explicar o porquê das coisas.

Para o levantamento do material bibliográfico que compõe a análise deste estudo, realizamos um levantamento de artigos científicos nas plataformas eletrônicas Scientific

Electronic Library Online (SciELO), Periódicos CAPES e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Para as buscas e cruzamento de dados, foram inseridas as seguintes palavras-chave: religiosidade, subjetividade e controle, através da busca avançada com o operador booleano and.

As buscas pelo material bibliográfico ocorreram em três etapas, identificadas como 1ª, 2ª e 3ª seleção, conforme a Tabela 1. Na 1ª seleção foi inserida na plataforma de pesquisa, a palavra-chave pretendida, sem qualquer tipo de filtro ou direcionamento. Este procedimento foi realizado com cada uma das palavras em separado (religiosidade, subjetividade ou controle) e em cada uma das plataformas selecionadas por vez (SciELO, BVS e Periódicos Capes). Neste primeiro momento, também foram utilizadas para as pesquisas as seguintes combinações das palavras-chave: religiosidade and subjetividade; religiosidade and controle; subjetividade and controle e; religiosidade and subjetividade and controle.

A 2ª seleção foi realizada nas mesmas bibliotecas virtuais e utilizamos os mesmos procedimentos de busca quanto a cada uma das palavras-chave de forma individual e também com suas combinações. Nesta etapa, incluímos como filtro para a busca apenas periódicos escritos em português e com recorte temporal dos últimos 5 anos (2021 a 2025).

A 3ª seleção também aconteceu nas bibliotecas virtuais definidas para a pesquisa. A partir do material identificado na 2ª seleção, foi realizada a seleção de todos os materiais encontrados a partir de leitura seletiva do material. Partindo desta prévia seleção, realizamos uma leitura dos tópicos abordados nestes artigos e da relevância destes para a pesquisa em questão.

Os artigos selecionados, nesta terceira seleção, foram separados para a leitura e análise considerando a máxima proximidade com o tema religiosidade e os processos de subjetivação. Foram selecionados 12 artigos na base de dados SciELO, 25 no Periódico Capes e 09 na BVS, concluindo um total de 46 artigos.

Tabela 1. Seleção dos Materiais bibliográficos

Base de dados	Palavra-chave	1º seleção	2º seleção	3º seleção
SciELO	Religiosidade	697	100	6
	Subjetividade	1.882	403	5
	Controle	13.992	3.092	0
	Religiosidade e Subjetividade	3	1	0
	Religiosidade e Controle	6	3	1
	Controle e Subjetividade	60	19	0
	Religiosidade e Controle e Subjetividade	0	0	0
Total		16.694	3.618	12
Período	Religiosidade	3.549	1.108	11
Capes	Subjetividade	15.333	3.978	6

BVS	Controle	147.954	24.477	2
	Religiosidade and Subjetividade	72	32	1
	Religiosidade and Controle	66	25	1
	Controle and Subjetividade	529	234	4
	Religiosidade e Controle e Subjetividade	3	0	0
	Total	167.506	29.854	25
	Religiosidade	1.210	177	3
	Subjetividade	5.304	431	1
	Controle	306.964	8.986	1
	Religiosidade e Subjetividade	29	5	0
	Religiosidade e Controle	79	8	1
	Controle e Subjetividade	393	45	3
	Religiosidade e Controle e Subjetividade	0	0	0
	Total	313.979	9.652	9
	Total de artigos selecionados	-	-	46

Fonte: Produzida pelos autores

Após, foi realizada uma leitura sistemática do material levantado e desse, 28 artigos científicos foram selecionados para a análise desta pesquisa. Como critérios de inclusão foram selecionados os materiais bibliográficos que dialogam com as matrizes religiosas brasileiras (indígena, ocidental e africana), que consideram a crença ou não crença religiosa do indivíduo ou de uma coletividade, que possuem base científica e consistente que consideram as mudanças sociais e culturais ocorridas na sociedade brasileira além da subjetividade humana e toda a sua complexidade.

Em complementaridade à pesquisa bibliográfica, foi realizado o levantamento de vídeos no aplicativo *TikTok*®, por meio de uma pesquisa documental. O *TikTok* é um aplicativo de rede social digital de origem chinesa, que permite que usuários criem e publiquem vídeos curtos com duração de 15 segundos a 10 minutos, e que serão assistidos pelos demais usuários. A plataforma se popularizou durante a pandemia de Covid-19 que ocorreu nos anos de 2020 a 2023, período em que algumas religiões viram a necessidade de implantar o culto online como forma de manutenção das ritualidades em tempo de isolamento (Abrão, 2024; Guimarães, 2023).

Nessa etapa, foram utilizados materiais audiovisuais que pudessem evidenciar fatos e acontecimentos relacionados à problemática investigada, com destaque para discursos de líderes religiosos, em sua integralidade ou em trechos representativos do discurso original. Ressalta-se que todos os conteúdos analisados estavam disponíveis em domínio público e veiculados em mídias abertas de ampla circulação no Brasil, o que assegura sua legitimidade como fonte documental para a presente investigação.

A partir dos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) 2023, foram elencadas as três instituições religiosas neopentecostais com o maior número de fiéis no

Brasil. Diante desse dado, para a pesquisa dos discursos, foram selecionados os três principais líderes religiosos, um de cada igreja elencada. Devido a especificidade do aplicativo *TikTok*®, não foi possível uma busca triangulada por palavras-chave. Essa busca foi feita a partir do nome de cada um dos três líderes religiosos selecionados. Também utilizou-se um critério temporal de considerar para a pesquisa apenas os discursos publicados nos últimos cinco anos.

Os critérios de inclusão para os vídeos foram: (1) vídeos que apresentassem discursos de líderes religiosos de três instituições religiosas neopentecostais brasileiras com maiores influências, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) 2023; (2) conteúdos publicados nos últimos cinco anos, garantindo a atualidade da análise e sua relação com o contexto sociopolítico contemporâneo; (3) materiais disponibilizados em acesso aberto e de domínio público, em conformidade com a Resolução CNS nº 510/2016 e a Lei nº 12.527/2011, não exigindo, portanto, submissão ao Sistema CEP/Conep; e (4) produções que dialogassem diretamente com a temática da pesquisa, em especial aquelas voltadas para processos de subjetivação, práticas de controle e manutenção de poder por meio do discurso religioso.

A análise documental foi realizada com dados já existentes e disponíveis em plataformas digitais, com acesso livre e disponível para qualquer pessoa, de acordo com o que traz a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), nº 13.709/2018, com objetivo de coletar discursos utilizados por líderes religiosos que intencionam modulações de subjetividades de seus seguidores.

Ainda para como garantia e preservação dos dados coletados, foram atribuídos nomes fictícios às instituições religiosas que nesta pesquisa foram nomeadas de: Instituição Religiosa 1; Instituição Religiosa 2 e; Instituição Religiosa 3. E aos seus líderes que receberam os nomes de Líder 1; Líder 2 e Líder 3, respectivamente. Dos critérios de inclusão, foram selecionados 20 vídeos, postados na rede social entre os anos de 2020 e 2025, coletados nos dias 19 e 20 de setembro de 2025, com média de 1 minuto.

Nesta pesquisa, a análise dos dados coletados foi realizada por meio do texto/aula de Michel Foucault, “A ordem do discurso” de 1970. A escolha se justifica pela perspectiva que o autor traz a respeito dos impactos na produção de saber das relações de poder que partem de um lugar de privilégios (inclusive social) para determinar o que é real, permitido ou proibido para a sociedade.

O discurso é algo controlado, organizado e redistribuído com a intenção de alcançar algo de maneira a minimizar ou ocultar seu real objeto de desejo. É realizado de forma a

esconder seus reais poderes e perigos. “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault, 1996).

Para além de uma forma de comunicação, o discurso é meio de se exercer poder, principalmente quando consideramos de que lugar vem esse discurso, se de um lugar de privilégios ou não e o quanto esse viés afeta a construção da realidade e a produção de conhecimento. Em determinados ambientes, nem todos são autorizados a falar, existem regras que evocam a exclusão de vozes e de grupos (Foucault, 1996).

Para Foucault (1996), os discursos não possuem neutralidade e estão imersos nas relações de poder, que influenciam comportamentos e pensamentos, moldando a realidade social. Da mesma forma, o saber que é produzido em sociedade está dentro de contextos com discursos específicos influenciados por relações de poder, modulados a partir de uma “verdade” que reflete uma construção social e as próprias dinâmicas de poder de um grupo.

A análise discursiva dos materiais bibliográficos e dos vídeos foram divididos nos seguintes tópicos de discussão: (a) o modo como os discursos religiosos operam enquanto demarcadores políticos e morais dos corpos e desejos; (b) a incidência dos discursos religiosos nos modos subjetivadores e; (b) as críticas e resistências aos discursos religiosos desenvolvidos pela ciência.

4. OS DISCURSOS RELIGIOSOS ENQUANTO UM OPERADOR POLÍTICO E MORAL

O discurso religioso, na sociedade brasileira, é um complexo sistema de poder que transcende a dimensão estritamente espiritual e se consolida como um poderoso operador político e moral (Neto; Machado, 2022) que atua na esfera pública e na formação da subjetividade, promovendo um disciplinamento social e ético (Almeida, 2021).

Na sua vertente moral, o discurso religioso estabelece uma matriz de controle que se manifesta na tentativa de inculcar valores, controlar comportamentos e impor visões de mundo em suas comunidades (Almeida, 2021). Essa função disciplinar tem raízes históricas profundas, sendo abordada na filosofia como um mecanismo de contenção, cuja rigidez pode ser questionada em sua eficácia para a vida plena.

Essa moral estática e "esmagadora" se relaciona com o poder disciplinar de Foucault (1999) que visa produzir indivíduos dóceis e úteis, o discurso religioso, para alcançar esse fim, exige a heteronomia — a dependência da norma externa e da autoridade, em oposição à

autonomia e ao cuidado de si, o discurso religioso, ao invés de estimular o "cuidado de si" ético, frequentemente o confunde com a obediência cega, reforçando as práticas de assujeitamento.

O poder pastoral se manifesta de forma exemplar no controle do desejo e da afetividade, onde o líder se coloca como o único intérprete legítimo das intenções e anseios do fiel, o Líder 1, em sua advertência, transforma um desejo socialmente aceitável (casar-se) em uma armadilha demoníaca, exigindo a total submissão do sentimento à autoridade eclesiástica:

Aí entra um rapaz na igreja, e o sujeito boa pinta, bacana, com futuro, e começa a ser fiel na igreja. Aí você fica só observando de olho grande nele. Aquele elemento foi enviado pelo diabo para fisgar você que é inocente. E você, ah, mas ele é da igreja, ele é fiel, está sempre na igreja e tal. Não, eu creio, eu acredito que Deus que enviou para mim, eu tenho orado tanto, oh Deus! Eu sei que ele é para mim. O gajo quer casar com você. Então você vai falar com o bispo, o pastor, o pastor, o que o senhor acha do fulano Beltrano? Mas você já está apaixonada por ele, já foi fisgada. Aí o pastor não orda, você tem que esperar um pouco para ver se ele realmente é de Deus, se ele foi batizado com o Espírito Santo e tal. Ah bispo, ah bispo, eu creio que, eu tenho certeza que é de Deus. É mesmo, é, eu tenho certeza que é de Deus. Você foi fisgada pela cobiça de querer se casar (Vídeo 6 do Líder 1, disponibilizado na plataforma Tik Tok).

O excerto mostra o poder de vigilância e controle (Foucault, 1999) operando sobre a subjetividade, o desejo é rotulado como "cobiça" e o afeto é desqualificado como obra do "diabo". A alternativa para essa tentação é a entrega total, que promete vigor e força apenas na dependência espiritual: "Quando você tem o Espírito Santo, minha amiga, meu amigo, quando você recebe o Espírito Santo, a primeira coisa que acontece dentro de você é a força, é o vigor, é a paz, a paz de Deus, o poder de Deus dentro de você. Você tem vida dentro de si" (Vídeo 4 do Líder 1, disponibilizado na plataforma Tik Tok).

Essa rigidez moral imposta pelo discurso religioso estende sua eficácia disciplinadora para a esfera da conduta social, atuando como um demarcador de limites para as atividades do cotidiano, visto que, para a maioria dos sujeitos (65,4%), a religião pode ser um fator restritivo a novas práticas no lazer (Andrade; Schwartz; Felden, 2024, p. 81), evidenciando a eficiência do discurso religioso como um mecanismo de controle que transforma o lazer, um espaço de liberdade e autonomia, em um campo sujeito à vigilância e à proibição, limitando a maneira como os fiéis ocupam seu tempo e vivenciam a liberdade.

Na dimensão política, o discurso religioso atua como um agente de governamentalidade (Foucault, 1999), que é a arte de conduzir os homens, as populações e o Estado. Essa atuação se manifesta no entrelaçamento entre fé e política, onde a moral conservadora evangélica ganha espaço de publicização no parlamento nacional (Andrade

Júnior; Silveira; Pessoa, 2022). O fenômeno neopentecostal, em particular, tem demonstrado forte capacidade de articulação, estabelecendo "sentidos em comunhão nos discursos religioso e político" (Almeida, 2023), especialmente na afinidade com ideologias de direita e na instrumentalização da fé para fins eleitorais.

O discurso religioso pode e vai atuar como uma ferramenta de vigilância e controle sobre os sentimentos e desejos dos sujeitos, operando diretamente em suas vidas de modo interior e subjetivo, quando o líder se coloca como único a interpretar o que é legítimo nos anseios de um fiel, exigirá que seu seguidor submeta-se ao seu sentimento e autoridade da igreja.

[...] quando chegar à décima pessoa, irmão, verifica primeiro, tá? A décima pessoa, aí para, e você mesmo abençoa. Quem mais? Você não levantou o braço? Então, vai pra lá! Você não fala português, não? Vai lá, uai. Ora pois, mas só tem duas, ah, Jesus, devolve a doença desse pessoal que levantou a mão, ué, você não quer dar testemunho? Recebe de volta. Ué, cadê você? Você tem vergonha de Jesus? Ó irmão, vai ali, não fica levantando a mão pra mim não, que história é essa, pessoal? A pessoa diz que foi curada e não vem? Mas não é pra falar nada, irmão, só quem foi curado que vem, você ouve português, eu perguntei: quem foi curado? Levantou a mão e agora não vem, parece que tá brincando com deus, então devolve a doença, Jesus.[...] (Vídeo 3 do Líder 2, disponibilizado na plataforma Tik Tok).

Nesta passagem o líder 2 opera o poder pastoral de forma explícita no controle dos corpos e da conduta dos fiéis, com a ameaça de "devolver a doença" e a interpelação pública e humilhante ("Você não fala português, não?", "Você tem vergonha de Jesus?") impõem uma coerção que visa a obediência imediata e o assujeitamento do sujeito. O líder passa a agir como centro do dispositivo de controle, onde a cura (o "saber" de fé) só é validade e mantida se for publicamente performática.

A disciplina performática e a coerção moral estendem-se para a esfera de gestão do medo e da segurança existencial do sujeito, com isso, o discurso religioso vai operar neste sentido, uma tecnologia de Biopoder prometendo a anulação dos riscos e das ameaças da realidade social em troca da total submissão à aliança espiritual. Essa lógica desvia o olhar do fiel da crítica social para a fé individual, alienando-o da análise das causas estruturais da violência e da incerteza.

[...] Se Deus lhe deu uma benção, não fica com medo de perdê-la, não. Você tem que ter fé, ah, meu deus, mas você sabe, tem tanta gente má, mas se você é de deus, está escrito, nenhum mal te sucederá, praga alguma chegará à tua tenda. Não, mas um dia vão entrar na minha casa, vai entrar coisa nenhuma, tá amarrado, você tem uma aliança com deus, quando aceitamos Jesus, nós aceitamos essa aliança, todas as promessas de deus passam a nos pertencer. Não tenha medo, comigo vai suceder, não vai suceder, você vai andar no meio de bandidos e como se fosse um invisível, não pra provocar, mas se essa é a sua caminhada, se é onde você mora, aqui não vai entrar. Você fechou com Deus, quando você aceitou Jesus como salvador [...] (Vídeo 4 do Líder 2, disponibilizado na plataforma Tik Tok).

Neste discurso o líder utiliza da incerteza e o medo da perda para impor a lógica da proteção divina incondicional, que é a base da técnica de Biopoder no contexto presente, essa promessa de uma imunidade mágica (‘‘como se fosse um invisível’’, ‘‘nenhum mal te sucederá’’) funciona como um dispositivo de segurança anulador de necessidades do sujeito para lidar criticamente com a realidade.

Essa estratégia contribui diretamente para o processo de assujeitamento e para a alienação da capacidade crítica do fiel, internalizando o estado invisibilidade e proteção divina, o sujeito é desresponsabilizado da análise de questões sociopolíticas e estruturais, como a violência e a segurança pública, tendo como foco apenas a conduta individual e à manutenção da ‘‘aliança’’, garantindo que o indivíduo permaneça passivo e dependente da autoridade eclesiástica para gerenciar o medo e as ameaças da vida, completando o ciclo de controle moral e disciplinar.

A autoridade religiosa é crucial para transferir legitimidade ao líder político, sacralizando sua figura e blindando-o contra a crítica. O Líder 3, em seu discurso, transforma o político em um ser sob a proteção da Justiça Divina, ao mesmo tempo em que o utiliza como referência moral em contraposição a outros políticos:

[...] pode ter certeza que deus tá no controle de tudo, pode ter certeza disso, porque deus é justo e não há quem possa tirar do homem aquilo que deus dá, não há quem possa tirar, essa música vai pra você capitão Jair Messias Bolsonaro, meu amigo e sua esposa, sua digníssima esposa, exemplo de primeira dama, essa sim é um exemplo, quando a gente vê outras falando besteira, palavrão e xingando empresário, que saudade de vocês, desse casal abençoado, mas tudo no tempo de deus e no controle de deus, esse é o meu pensamento, eu sou livre, meu pensamento e eu não ponho tapete pra homem, não, eu ponho pra deus, mas o senhor merece ser honrado e deus vai te honrar, eu tô dizendo isso, e essa música é pro capitão, meu amigo [...] (Vídeo 5 do Líder 3, disponibilizado na plataforma Tik Tok).

Nesse excerto, o líder político é honrado publicamente e a perseguição que ele ‘‘sofre’’ é enquadrada em um plano maior (''tudo no tempo de deus e no controle de deus''), o que desvia a discussão do campo político-secular para o campo teológico-fatalista. Além disso, o discurso estabelece um padrão moral ao classificar a esposa do político como 'exemplo de primeira-dama', reforçando a tese de que a moral conservadora é um elemento central para a legitimação política nesse contexto.

Essa simbiose entre fé e poder, contudo, gera questionamentos éticos sobre os propósitos reais das instituições, tocando no ponto da exploração excessiva da fé:

A liberdade religiosa é um direito fundamental assegurado na Constituição Federal (CF/88) que vai além do campo normativo, visto que, representa e garante a manifestação de crença, de fé e de religião das pessoas. No Brasil, diversos templos são inaugurados diariamente, o que levanta questionamentos sobre seus verdadeiros

propósitos, sejam eles, o enriquecimento ilícito das instituições, a exploração dos fiéis ou a obtenção de poder político, uma vez que a política e a religião estão cada vez mais interligadas e influenciam diretamente na tomada de decisões do Estado e dos cidadãos (Bastos; Silva Filho; Tassigny, 2024, p. 1).

A análise demonstra que a eficácia desse discurso em disciplinar corpos e legitimar poderes exige, como contraponto ético, o exercício do "cuidado de si" (Gimbo, 2018) enquanto uma prática de resistência e de crítica.

Em síntese, o discurso religioso se revela um dispositivo complexo e dual na sociedade brasileira, em sua dimensão moral, ele aciona o poder disciplinar (Foucault, 1999) e o poder pastoral para impor uma moralidade heterônoma, transformando o corpo e o desejo dos fiéis em objetos de vigilância contínua. A interconexão desses dois vetores consolida o discurso religioso como um operador hegemônico na formação do sujeito e na condução da vida pública brasileira.

5. A CONFISSÃO DA VERDADE DE SI: EFEITOS DOS DISCURSOS RELIGIOSOS NAS MODULAÇÕES SUBJETIVAS

Para Silva *et al* (2021, p.9), a espiritualidade é galgada nas experiências humanas, diretamente vinculada às relações com a família e com as instituições. Esses ambientes podem potencializar sentidos de responsabilidade, de solidariedade e distanciamento do que pode ser considerado nocivo à vida, integrando “a crença num ser superior que aproxima o humano daquilo que eleva a sua condição mortal à situação de imortalidade, na busca de conforto e perspectiva de mudança”.

Espiritualidade abrange algo mais subjetivo, é uma experiência pessoal de busca por um significado na vida, com aspectos da relação humana consigo mesmo e com o mundo, uma busca de conforto e paz interior, mas a busca pela espiritualidade também pode estar relacionada a momentos de preocupação, angústia e sofrimento emocional (Silva *et al.*, 2021). Isso também é evidenciado no discurso do Líder 1, quando demarca cartesianamente, por meio de um discurso moral-religioso, o certo e errado, numa lógica punitiva e assujeitamento subjetivo como podemos observar no trecho abaixo:

Vou falar pra vocês uma coisa: quando a pessoa está oprimida, perturbada com o demônio, o demônio sabe quem é verdadeiro e quem não é, você sabia disso? Você sabia disso? O diabo conhece, ora, o diabo sabe quem anda na verdade e quem anda na mentira, porque aqueles que andam na verdade tem o amparo dele, tem a força dele, tem a ajuda dele, para que lá na frente ele venha roubar tudo, o diabo não está preocupado com dinheiro, ouro, nada disso, ele está preocupado em ganhar almas para o inferno, ele conhece quem tá na verdade e sabe também quem tá na mentira.

Aquele que tá na verdade, ele não toca (Vídeo 1 do Líder 1, disponibilizado na plataforma Tik Tok).

Uma compreensão distorcida da moral pode estar ligada a uma “falsa imagem” desse deus ocidental cristão. Souza, Chemin e Fernandes (2023, p.12) apresentam esta distorção na figura de um deus que é distante do cotidiano de uma vida comum, um deus que impõe uma lei única, eterna e autoritária, e um deus que apresenta uma carga tão pesada para a consciência moral, que sequestra a subjetividade do indivíduo que abdica de si na busca deste/a homem/mulher correto/a segundo este deus, mas atormentado pela culpa.

A construção dessa espiritualidade, que podemos chamar aqui de fé, a partir de uma perspectiva multicultural, pode se relacionar também com a religiosidade. Assim, é comum em determinadas sociedades mais conservadoras e fundamentalistas atuarem na produção de uma fé irracional, que na maioria das vezes resulta em fanatismo, avesso às subjetividades e de caráter doutrinador e impositivo (Silva *et al.*; 2021). O trecho que destaco a seguir, constante no Vídeo 3 do Líder 1, reforça o que popularmente pode se chamar de uma “fé cega”, que não se baseia em evidências ou na razão e aceita qualquer direcionamento sem questionamento ou crítica:

Se você quer receber o batismo com o espírito santo aqui, hoje e agora, a primeira coisa que você tem que fazer é honrar o senhor Jesus, honrá-lo, não é simplesmente ser um membro de igreja, não é simplesmente ser um frequentador da igreja, do templo, não é simplesmente chegar: eu tenho lido a bíblia, eu tenho orado, eu tenho jejuado, não, não é isso, não se trata disso, deus não quer ninharia, deus quer tudo, tudo que você é, tudo que você tem, tudo que você pretende ser ou ter, ele quer tudo seu, ele quer que a sua vida esteja nas mãos dele, 100%. Ele quer que você dependa dele, ele quer que você viva na dependência dele, como Jesus disse: pão nosso de cada dia, dá-nos hoje (Vídeo 3 do Líder 1, disponibilizado na plataforma Tik Tok).

O fanatismo religioso pode surgir de uma interpretação irracional da fé, que impulsiona comportamentos de segregação e individualismo. Na parte do trecho que diz que “deus não quer ninharia, deus quer tudo, tudo que você é, tudo que você tem, tudo que você pretende ser ou ter, ele quer tudo seu, ele quer que a sua vida esteja nas mãos dele, 100%. Ele quer que você dependa dele [...]”, além do assujeitamento desse cristão, Sobrinho (2024) nos ajuda a refletir em como os líderes religiosos constroem através destes discursos, sentimentos de intolerância e militância conservadora que recusa debates racionais e promovem uma agenda política e econômica.

Apesar de estarmos implicados constitucionalmente como um país laico, no Brasil, a prática política caminha no oposto dessa ideia. É fato que política e religião sempre caminharam juntas, principalmente como sistemas de controle de massa, mas nos últimos

anos o discurso atravessado pelo viés religioso ficou evidente, principalmente em grupos com certo espectro político e ideológico, carregado de ultraconservadorismo e extremo moralismo que tendenciosamente, aparta os que pensam e se posicionam de maneira diferente.

Essa condução segregadora, do eles contra nós, do bem contra o mau, fortalece o sentimento de individualismo que reforça a ideia neoliberal de que apenas os meus iguais merecem cuidado. Estes líderes religiosos que promovem esse fanatismo, adotam uma postura de não reconhecimento de outras formas de enfrentamento de problemas, exceto a coerção e conseqüentemente, a violência (Sobrinho, 2024). Essa desvinculação da coletividade em detrimento de grupos específicos, deixam os indivíduos vulneráveis às manobras ideológicas e econômicas da política.

O afastamento das comunidades de fé estruturadas e a formação de religiosidades individuais facilitaram a penetração do poder político nos espaços religiosos. Essa mudança criou um terreno propício para novas relações entre religião e política, distinguindo fé vivida em comunidade, que mobiliza valores éticos e engajamento cidadão, do uso dos espaços religiosos para angariar apoio a projetos políticos que não se baseiam nos ensinamentos das tradições religiosas, chegando inclusive a contradizê-las (Sobottka, 2021), como pode-se observar no trecho a seguir:

O crescimento político dos assim chamados “evangélicos” – designação pública usada no Brasil para protestantes, pentecostais e neopentecostais tomados indistintamente em conjunto – fez crescer também as aspirações. Cada vez mais os locais de culto e os veículos de comunicação se tornaram locais de indução do eleitorado em direção a candidaturas “evangélicas” (Sobottka, 2021, p.12).

Ainda que neste grupo parlamentar possam existir projetos comprometidos com a democracia e justiça social, a sua grande maioria é focada na manutenção de recursos e privilégios das instituições religiosas e na defesa de pautas conservadoras que são contra as mudanças na sociedade e contra as políticas públicas que se tornaram mais inclusivas.

[...] para muitas pessoas socializadas em comunidades cristãs, a afiliação religiosa é vista cada vez menos como uma herança a ser valorizada. Em seu lugar surge uma religiosidade, que em boa medida é autoconstruída e constantemente reconstruída. Ela se vincula apenas vagamente a uma comunidade ou confissão institucionalizada, e segue intuições e preferências totalmente individuais. Em parte ela é uma religiosidade de resultado: nela são agregados serviços religiosos (orações, bênçãos, promessas) de agências muito diversas do mercado da fé [...] (Sobottka, 2021, p.10)

E conforme Sobottka (2021, p.10), um fato importante dessa religiosidade é a prerrogativa do bem-estar, o sujeito permanece enquanto se sente bem. E para isso, elementos

de diferentes montas são escolhidos, selecionados e organizados para compor um modo subjetivo de "crença pessoal".

Souza, Chemin e Fernandes (2023, p.12) convocam o compromisso de líderes religiosos para a desvinculação entre a fé e a moral. Para os autores não deve haver esse "divórcio" entre a fé e o compromisso moral, o que acontece em certos discursos religiosos que anseiam em moldar a consciência moral, subjugando a fé e gerando medo e culpabilidade e, assim, atuando no controle e modulação de subjetividades.

De acordo com Michel Foucault (apud Monteiro, 2021, p.266), o cristianismo trouxe para o ocidente práticas penitenciais e a submissão a uma instituição monástica através da utilização do corpo e a "verdade verbalizada a um diretor espiritual". Esse movimento atuou na formação de uma subjetividade cristã no mundo, como parte constituinte de um sujeito obediente e capaz de renunciar a si mesmo em nome dessa verdade/doutrina que lhe promete a salvação.

A renúncia do lugar do eu, no processo de subjetivação de um seguidor cristão, acontece de maneira violenta e invasiva como mostra a fala do Líder 1 que diz que “a maior vontade de deus é entrar dentro de você, é viver dentro de você”. A construção dessa subjetividade cristã, conforme Michel Foucault, é baseada na obediência e na renúncia de si, em um processo que busca constituir um sujeito obediente e capaz de renunciar à sua própria vontade (Monteiro, 2021), que rejeita a sua constituição como sujeito para dar lugar ao controle do outro, como mostra a transcrição do Vídeo 2 do Líder 1:

A maior vontade de deus é entrar dentro de você, é viver dentro de você, é o maior desejo de deus: entrar dentro de você e fazer de você uma nova criatura, nova, não uma criatura recauchutada, arrumada, consertada, não. Mas uma nova criatura, uma nova mente, um novo coração, uma vida nova, amém. Esse é o maior desejo de deus, mas para que ele possa fazer isso, ele precisa do seu consentimento, ele precisa da sua (inaudível), ele que você concorde: eu quero, eu te quero, então vem. Amém? (Vídeo 2 do Líder 1, disponibilizado na plataforma Tik Tok).

O homem será sempre frágil diante de um suposto mal e diante de si mesmo e precisará de orientação constante. A renúncia do eu, ou a humildade e perfeição só acontecerá subjugada a obediência inquestionável e que não dê lugar para outra vontade que não seja a do deus dos cristãos.

O cristianismo trouxe com o sacramento da confissão, um modelo de controle desse homem ocidental, uma técnica que infringiu a seus adeptos a obrigatoriedade de falar de si, confessar através do corpo e da fala, sujeito a uma cadeia de poder que busca o controle por meio de verdades confessadas, fortalecendo a constituição de um sujeito que renunciou a si

mesmo, instaurando uma dependência e obediência ao outro, uma forma de poder sobre o homem ocidental (Foucault; 2006, apud Monteiro, 2021).

Para Souza, Chemin e Fernandes (2023, p.13), a dependência de “um Deus heterônomo que usurpa a liberdade com que dotou a criatura racional”, barra a auto responsabilização do sujeito com a sua própria vida. Retira da pessoa o poder de decisão sobre sua própria existência e a deposita nas mãos de um deus que é apartado desse indivíduo fiel, e que vai dando notícias conforme as revelações de autoridades religiosas (Souza; Chemin; Fernandes, 2023, p.13):

[...] A imagem de um Deus heterônomo, além de deformada, não propicia uma moral que favoreça a causa do ser humano; pelo contrário, conduz a formas de moral que mantêm a pessoa no infantilismo heterônomo, no medo do castigo ou na busca do prêmio, na sujeição aos interesses meramente pessoais que confluem ideologicamente com os interesses de quem detém poder.

As subjetividades são afetadas por processos de infantilização dessa consciência moral e conseqüentemente das relações e compromissos comunitários, depositando nesse deus a responsabilidade sobre a sua vida e dos seus pares. Esse processo, conduzido pelo moralismo e culpa, mantém a pessoa nessa ideia de um "salvador", de um pai que vai resolver tudo para ela, que vai protegê-la e livrá-la de suas próprias responsabilidades (Souza; Chemin; Fernandes, 2023).

Em uma sociedade que se mostra ampla em escolhas, mesmo que tais escolhas não sejam oportunizadas para todos de uma maneira igualitária, a promessa de encontro com a felicidade, a busca por um ideal de eu é configurada como uma necessidade urgente e meritocrática. Essa angústia ocasionada pela falta e por um sentimento de busca que não cessa, faz com que esse indivíduo procure amparo na medicalização desse corpo e em experiências religiosas que prometem um plano de vida perfeito, aqui ou em outra dimensão (Souza; Chemin; Fernandes, 2023).

A promessa pela vida perfeita é um discurso presente na fala do Líder 1. Existe um lugar onde não haverá mais sofrimento, e a percepção de sofrimento que é vivenciada hoje, é conduzida para um lugar de penitência, afinal se existe sofrimento a culpa não é de deus, mas do sujeito que ainda não merece viver em paz, “você acha que ele vai permitir que um servo, uma serva dele, [...] que anda na verdade [...] vai sofrer pelo resto da vida? Não, de jeito nenhum [...]”, como transcrito a seguir:

Deus tem que estar em primeiro lugar, se ele é verdade, verdadeiro, você acha que ele vai permitir que um servo, uma serva dele, um filho dele que anda na verdade, que tá sofrendo pela verdade, vai sofrer pelo resto da vida? Não, de jeito nenhum,

ele vai honrar essa pessoa, a verdade vai honrar aqueles que amam na verdade, então você tem conquistado benefícios e facilidade, todo mundo quer facilidade, todo mundo quer encurtar o seu caminho pra fama, pro sucesso, pra ganhar dinheiro, pra ficar rico, todo mundo quer, essa é a realidade, se aproveitar, das oportunidades que o reino das trevas, o reino da mentira oferece (Vídeo 4 do Líder 1, disponibilizado na plataforma Tik Tok)

É instaurada uma sensação de ameaça constante à sobrevivência física ou a morte da moral e isso afeta diretamente o senso de solidariedade, às vezes com preocupações direcionadas a seu grupo de iguais, mas fechando os olhos para as injustiças que acometem outras pessoas, diferentes do seu meio. Essa condução fortalece a individualidade e mitiga qualquer preocupação com a coletividade, a felicidade é para poucos (Souza; Chemin; Fernandes, 2023).

Capperucci e Dias (2023) conceituam que a religião está vinculada a algo mais pessoal, enquanto a religiosidade compactua com a ideia do coletivo e é neste campo, que atuam grupos religiosos, determinando ideologias que muitas vezes pregam uma fé irracional e fundamentalista, como base para a manutenção de um sistema de poder, que prioriza o individualismo e desvaloriza a importância com o coletivo.

A promessa de felicidade (mesmo que individual), promove os espaços para a atuação de alguns aparelhos de controle social como os religiosos e militares. Tais aparelhos ideológicos procuram modular subjetividades, se utilizando inclusive das crenças, dos corpos e das ideias desses sujeitos angustiados (Capperucci e Dias (2023). Essa forma de poder e de dominação é transmitida nas dinâmicas das famílias e reforçadas pelos grupos sociais, sendo os grupos religiosos um dos principais reprodutores dos papéis sociais, de poder e de submissão, uma das instituições mais importantes na formação de um sujeito em desenvolvimento (Minayo, 2006 apud Pieri, Saltareli, Castanho; 2024).

A tutela de uma vida pela igreja, negociada através do discurso de um líder religioso, evidencia um lugar de suposto saber, onde esse líder religioso determina que sabe mais da pessoa do que ela mesma. Nos estudos de Foucault, nessa integração entre o saber e o poder, "não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre poder". A promessa de resolução de problemas por um poder superior/divino faz o sujeito abrir mão da sua individualidade e entregar a direção da sua vida à uma instituição, que muitas vezes vai conduzi-la de forma manipuladora (Capperucci; Dias, 2023, p. 138).

Foucault (2006, apud Capperucci; Dias, 2023) realça que dentro dos aparelhos repressores do estado, o ideológico se mostra mais produtivo do que o repressor, pois convence o indivíduo de que tudo acontece pelo seu bem-estar e felicidade. Neste cenário, o

discurso de líderes religiosos acaba atuando de forma subliminar na interação desse sujeito com o meio onde está inserido, inclusive com influências diretas sobre a sua subjetividade e seus desejos, como mostra o discurso do Líder 1 a seguir:

Não interessa se você tem dinheiro, se você não tem dinheiro, se você é rico, se você é pobre, se você é miserável, não interessa se você não tem mãe, não tem pai, nasceu sem ninguém, você foi jogada nesse mundo, a sua vida muda agora, a sua vida muda agora, você pode ser a pessoa mais desgraçada da face da terra, mais pecadora, mais imunda, Deus muda a sua vida agora, agora, eu não digo daqui a pouco não, agora, mas vai depender da sua anuência, da sua aceitação, eu aceito, eu quero, eu entrego o meu coração pra ti, Jesus, eu entrego a minha vontade, quando entregar o coração, vou repetir, é entregar as suas vontades, é você deixar que ele venha conduzir, dirigir, reinar, governar o seu coração. Se você quiser isso agora, com sinceridade (Vídeo 5 do Líder 1, disponibilizado na plataforma Tik Tok)

Esse trecho evidencia como as práticas de poder atuam como um dispositivo de controle que moldam desejos e regulam identidades. Quando afirma que a condição social, moral e familiar do indivíduo “não interessa”, ele desloca o foco de questões macros como a estrutura social e econômica do país e transfere a responsabilidade para o indivíduo, que culpabilizado, se curva para uma condução espiritual. Ao determinar ao indivíduo que deus deve conduzir e governar sua vida, o líder religioso captura a autonomia dessa pessoa e de certa maneira reorganiza para que os desejos do fiel, se submetam às normas da igreja, o que conforme Foucault [2006], são formas de vigilância e controle do eu.

Michel Foucault [2006] parte de sua analogia panóptica para descrever a vigilância e o controle social exercido pelas instituições visando disciplina e obediência dos indivíduos, onde neste caso, as igrejas funcionam como reguladoras que mantêm o sujeito apaziguado dentro de um sistema de controle, onde os discursos de líderes religiosos podem cercear a liberdade individual, os desejos pessoais e moldar identidades. Dentro desta estrutura de vigilância invisível (por vezes disfarçada de cuidado) e constante, o indivíduo tende a internalizar este estado de vigilância, agindo como se estivesse sempre sendo observado, fato necessário para que os sistemas sociais permaneçam sempre de acordo com os objetivos de quem se encontra no poder.

Capparucci e Dias (2023) analisam que o modelo panóptico de Foucault, que explica sobre necessidade de controle do saber por quem se encontra nesse poder, para manutenção dessas relações, continua sendo reproduzido atualmente e é bastante utilizado por várias instituições religiosas/líderes religiosos como fator de manipulação e alienação ideológica, aproveitando-se da própria fragilidade humana que busca incessantemente a felicidade mas que de algum modo, ao mesmo tempo, transfere para o outro parte de suas responsabilidades na busca por esse desejo.

6. DA CRÍTICA E RESISTÊNCIAS AOS DISCURSOS RELIGIOSOS

A resistência não é um ato monolítico, mas um conjunto de práticas que vão desde a contestação filosófica e a insurgência política até a subversão de símbolos por grupos oprimidos e o processo íntimo de formação da autonomia individual. A crítica é uma ferramenta de superação da alienação e uma necessidade política. Conforme Lind (2023), a crítica marxista à religião, por exemplo, não é um fim em si mesma, mas um meio de transferir o debate para um "nível distinto da pura racionalidade" (p. 5), visando a "supressão desta alienação, o regresso a si da essência humana" (p. 4).

Em um contexto contemporâneo, essa necessidade de contestação se manifesta como "insurgência", definida como o "ato de rebelar-se contra uma ordem que se tornou opressora e perdeu a legitimidade" e um "ato de resistência dos despossuídos" (Silva; Euzébios Filho, 2023, p. 2).

Historicamente, essa resistência se materializa na forma como grupos marginalizados se apropriam de elementos religiosos para desafiar estruturas de poder. De acordo com Costa (2021), o culto liderado pelo escravizado Pedro, na Bahia do século XIX, é um exemplo de como a religiosidade se torna uma das "formas de resistência incitada pelo quadro econômico e social da Bahia" (p. 405) que leva a uma "ruptura da lógica colonial e escravista" (p. 420) ao inverter a hierarquia social.

De forma análoga, a resistência pode ocorrer na disputa de significados contradiscursos religiosos instrumentalizados politicamente, como no caso do lema fascista "Deus, pátria, família", que "procura absolutizar um sentido só" (Almeida, 2022, p. 357), mas encontra resistência na própria diversidade da sociedade, como na "configuração da família brasileira hodierna, multifacetada" (Almeida, 2022, p. 366), que desafia essa visão única e imposta.

A resistência também é um processo subjetivo, um percurso de crítica interna que molda o indivíduo. A "desconversão" é descrita como um "processo longo, instável e esgotante" (Dullo, 2025, p. 4) que muitas vezes começa como uma "contraconduta pastoral", na qual o indivíduo usa a lógica da própria religião para questionar "moralidades sentidas como excessivamente opressoras" (Dullo, 2025, p. 12). Essa jornada se insere em uma análise mais ampla das "estratégias de luta empregadas por diferentes sujeitos para fazer frente às relações de poder", onde a "noção de insubmissão da liberdade" (Bartel; Silva, 2024, p. 2) é central para a formação do sujeito.

Finalmente, as formas contemporâneas de resistência são complexas e, por vezes, sutis. O declínio de ideais culturais de base religiosa, como a ética do trabalho, gerou um "movimento social de contestação e confrontação permanente" que se "revolta contra as renúncias necessárias para o estabelecimento da vida coletiva" (Ipar, 2025, p. 19). Na Amazônia, práticas como a Umbanda atuam como "formas de resistência à marginalização pela igreja tradicional" (Souto et al., 2024, p. 176), reivindicando um espaço de "autonomia e liberdade espiritual" (p. 181). Notavelmente, a resistência não se limita a grupos marginalizados; até mesmo dentro de estruturas hegemônicas, como o neopentecostalismo, observa-se que há "também resistência e certo modo ético de governar a si mesmo, que escapa a uma analítica simplista" (Souto et al., 2024, p. 176).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é um país em que a religião exerce grande influência na construção de costumes, valores e identidades. A presença da religiosidade está tão profundamente introjetada socioculturalmente, que alguém que se coloca como não religioso costuma causar estranhamento. Ter uma religião se funde ao caráter do indivíduo de forma tão naturalizada que a obediência a uma doutrina muitas vezes nos distancia de perceber o mundo ao redor com um olhar mais crítico e autorreflexivo.

Alguns grupos religiosos brasileiros de base popular, têm se destacado na relação entre religiosidade e política, principalmente os grupos religiosos cristãos de orientação neopentecostal e católica tradicionalista. Estes grupos de discursos conservadores têm desempenhado um papel fundamental na construção de sujeitos acríticos e na promoção de práticas que fortalecem os discursos hegemônicos e a manutenção dos privilégios (Camurça, 2019).

No Brasil, a relação entre o dispositivo da religiosidade e política tem fortalecido a influência destes grupos religiosos conservadores na formulação de políticas públicas, limitando a autonomia e a diversidade das estéticas de existência, moldando modos de existir e de pensar a partir da ideia de uma verdade única, naturalizando desigualdades sociais sob o discurso de fé, moralidade e prosperidade individual (Novaes, 2006; Camurça, 2019).

Pode-se verificar que os discursos de líderes religiosos ambicionam a manutenção do poder e dos privilégios de grupos conservadores, contribuindo para o aumento da desigualdade social e a alienação de parcela da população subjugada a estes discursos. Neste contexto, esta pesquisa propõe o desenvolvimento de um senso crítico mais apurado entre os

membros de comunidades religiosas, incentivando uma postura mais reflexiva em relação aos discursos de seus líderes religiosos e de como essas falas podem influenciar na modulação de ações e discursos coletivos e individuais.

A análise dos vídeos revelou que as redes sociais atualizaram a forma de vigiar os fiéis e o controle pastoral agora invade a intimidade cotidiana, transformando o celular em uma ferramenta de monitoramento constante, nesse ambiente a fé precisa ser provada publicamente, reforçando a obediência através da exposição digital e da cobrança por testemunhos.

Indo além, os discursos evidenciaram o uso do medo como estratégia de domínio sobre a vida, ao prometer segurança mágica contra violência e doenças, os líderes criam uma dependência emocional profunda. O fiel é levado a acreditar que sua proteção física e prosperidade dependem exclusivamente da submissão cega às ordens da instituição.

Essa dinâmica retira do sujeito a responsabilidade sobre sua própria realidade e problemas sociais. A autonomia é trocada por uma tutela religiosa que promete resolver tudo, desde que haja a obediência, isso perpetua uma “vida faltante”, onde o indivíduo se sente incapaz de caminhar sem a aprovação constante de uma autoridade externa.

Este estudo possibilitou aprofundamento em um tema pouco explorado, mas de grande importância para a ciência em se tratando de cultura, sociedade, produção de subjetividades e hegemonia de poder como o cenário religioso do país. Neste cenário, a contribuição do profissional de psicologia é fundamental para a conscientização dos indivíduos em contextos de conflitos sociais e de injustiça estrutural realçada nas relações de poder.

Martin-Baró (1997) enfatiza a importância da atuação do psicólogo na conscientização e desenvolvimento de autonomia das pessoas, na superação de identidades alienadas e de contextos opressores. Para o autor os fatores sociais devem ser sempre considerados em detrimento de uma psicologia individualizante que ignora as necessidades do coletivo. Realça a importância da psicologia na busca por justiça e como importante ferramenta de transformação social.

Por meio da análise do discurso foucaultiana, foi possível verificar como os discursos religiosos podem estabelecer relações de poder/saber e controle sobre os sujeitos, legitimando ideias que buscam a manutenção de um estado de poder que implicam diretamente na construção de identidades e na formação de consensos sociais que seguem ideais que não consideram e nem respeitam a diversidade cultural e religioso deste país.

Explorar a tema religiosidade dentro de seu aspecto como dispositivo de controle social e psíquico neste país, mostrou-se fundamental na compreensão a respeito das dinâmicas

socioculturais e rememorando Paulo Freire, na perspectiva de “esperançar” certa possibilidade de ampliação do olhar crítico em certa parcela da população que é alienada dos seus desejos. Construir autonomia e protagonismo para que se percebam como sujeitos desejantes e responsáveis pelas suas próprias existências.

8 REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Jorge Antonio de Moraes. Estado da arte, check! a produção acadêmica no Brasil sobre o TikTok. **Estudos da Informação**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. e-6966, 2024. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/6966>. Acesso em: 05 nov. 2025.
- AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo?. **Outra travessia**, n. 5, p. 9-16, 2005.
- ALMEIDA, João Paulo Martins de. (Neo) pentecostalismo e (neo) fascismo: sentidos em comunhão nos discursos religioso e político. **Revista Leitura**, v. 1, n. 76, p. 194-218, 2023.
- ALMEIDA, João Paulo Martins de. “Deus, pátria, família”: os sentidos do fascismo brasileiro. **Rua**, v. 28, n. 2, p. 353-376, 2022.
- ALMEIDA, Vasni. PROTESTANTES E CATÓLICOS NO TOCANTINS: ESTUDOS HISTÓRICOS SOBRE RELIGIÕES E RELIGIOSIDADES. **Revista Caminhos-Revista de Ciências da Religião**, v. 19, n. 1, p. 45-65, 2021.
- ANDRADE JÚNIOR, Péricles Moraes; SILVEIRA, Emerson Sena da; PESSOA, Silvério Leal. O (não) lugar da moral evangélica no parlamento nacional: posicionamentos parlamentares femininos (2006, 2010 e 2014). **Paralellus, Revista de Estudos de Religião - UNICAP**, Recife, v. 13, n. 32, p. 139-164, jan./jul. 2022.
- ANDRADE, Rubian Diego; SCHWARTZ, Gisele Maria; FELDEN, Érico Pereira Gomes. Religiosidade e restrição ao lazer. **Plura, Revista de Estudos de Religião**, vol. 15, n. 2, p. 81-105, 2024.
- BARTEL, Bruno Ferraz; SILVA, Emanuel Freitas da. Apresentação do Dossiê–Subjetivação Religiosa: Práticas, Representações e Experiências. **Mediações**, v. 29, n. 3, p. e51779, 2024.
- BASTOS, Francisco Carlos da Silva; FILHO, Daniel Rodrigues da Silva; TASSIGNY, Mônica Mota. A liberdade religiosa e a exploração excessiva da fé. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, v. 22, n. 5, p. e4697-e4697, 2024.
- BASTOS, Francisco Carlos da Silva; SILVA FILHO, Daniel Rodrigues da; TASSIGNY, Mônica Mota. A liberdade religiosa e a exploração excessiva da fé. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, Curitiba, v.22, n.5, p. 01-18, 2024.
- BELINSKI, Georgi Pavlov. **A formação da identidade brasileira**. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Brasileiros) – Universidade de Salamanca, Espanha, 2015.
- BON, Gustave Le. **Psicologia das multidões**. Tradução: Mariana Sérvulo da Cunha. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.
- BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em: 18 set. 2025.
- CAMURÇA, Marcelo Ayres. **Religião e política no Brasil contemporâneo: uma análise da nova direita religiosa**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2019.

CAPPERUCI, Simone Aparecida de Souza; DIAS, Alessandro Moreira. A religiosidade e o modelo do panóptico de Michel Foucault: arquétipo contemporâneo. **UNITAS-Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões**, v. 10, n. 1, 2022.

COSTA, Alex Andrade. Pedro, escravo, “mandado pelo Altíssimo para absolver os pecados”: religiosidades, insurgências e autonomia escrava (Bahia, c. 1790 a c. 1830). **Tempo**, v. 27, p. 405-425, 2021.

COUTINHO, José Pereira. Minorias religiosas em Portugal: uma revisão bibliográfica. **HORIZONTE-Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 18, n. 56, p. 765-798, 2020.

DE NEGRI, Fernanda; MACHADO, Weverthon; CAVALCANTE, Eric Jardim. Crescimento dos estabelecimentos religiosos no país é liderado por igrejas pentecostais e neopentecostais. Brasília: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**, 07 dez. 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/14594-crescimento-dos-estabelecimentos-religiosos-no-pais-e-liderado-por-igrejas-pentecostais-e-neopentecostais>. Acesso em: 18 set. 2025.

DELEUZE, Gilles. **O que é um dispositivo?** In: DELEUZE, Gilles. Michel Foucault, filósofo. Tradução de Lúcia Cláudia Leão. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 129-147.

DULLO, Eduardo. Evangelho de um ateu: testemunho, crítica e saída da religião. **Religião & Sociedade**, v. 45, n. 2, p. e450206, 2025.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: edições Loyola, 1996 (aula inaugural).

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FUGANTI, Luiz. Biopoder nas políticas de saúde e a desmedicalização da vida. IN: Direitos humanos? O que temos a ver com isso? **Comissão de Direitos Humanos do CRP-RJ** [org.] Rio de Janeiro: Conselho Regional de Psicologia– RJ, 2007.p. 129-137

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas SA, 2017.

GUIMARÃES, Alessandra Cristina. **A mediatização da religião na Congregação Cristã no Brasil: os “ccbtokers” e a (im)prevista visibilidade de uma denominação**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://static.casperlibero.edu.br/uploads/2023/08/Alessandra-Cristina-Guimaraes.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2025

IPAR, María Cecilia. O declínio do ideal cultural de homem profissional na sociedade pós-industrial: consequências subjetivas e no laço social. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 44, p. e284372, 2025.

JÚNIOR, Péricles Moraes Andrade; DA SILVEIRA, Emerson Sena; PESSOA, Silvério Leal. O (não) lugar da moral evangélica no parlamento nacional: posicionamentos parlamentares femininos (2006, 2010 E 2014). **PARALELLUS Revista de Estudos de Religião-UNICAP**, v. 13, n. 32, p. 139-164, 2022.

KYRILLOS, Fuad; MACHADO, Rodolfo Rodrigues. Religiosidade e política na sociedade brasileira secularizada: uma leitura psicanalítica. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 22, n. 1, p. 322-341, 2022.

LIND, Andreas Gonçalves. A crítica da religião no encontro de Michel Henry com a filosofia marxiana. **Filosofia Unisinos**, v. 24, p. e24101, 2023.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O papel do psicólogo. **Estudos de psicologia (Natal)**, v. 2, p. 7-27, 1997

MINISTÉRIO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA. Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos. **Painel de Dados da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/2024> Acesso em: 18 set. 2025

MONTEIRO, Geovana da Paz. Religião, vida e sociedade: breve estudo a partir de Bergson e Freud. **Trans/Form/Ação**, v. 44, p. 151-176, 2021.

MONTEIRO, Rafael Siqueira. Cristianismo e a Renúncia de si no Último Foucault. **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, v. 8, n. 3, p. 265-284, 2020.

NETO, Fuad Kyrillos; MACHADO, Rodolfo Rodrigues. Religiosidade e Política na Sociedade Brasileira Secularizada: Uma Leitura Psicanalítica. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, vol. 01, 2022.

NICHOLS, Michael P.; SCHWARTZ, Richard C. **Terapia Familiar-: Conceitos e Métodos**. Artmed Editora, 2009.

NOVAES, Regina. **Juventude e religião: o difícil exercício da tolerância**. Petrópolis: Vozes, 2006.

PIERI, Giovana Fernandes.; SALTARELI, Simone; CASTANHO, Ana Carolina Ferreira. A representação social da violência na perspectiva de líderes religiosos. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, [S. l.], v. 17, n. 13, p. e14016, 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia: Com novo pós-escrito**. Editora Companhia das Letras, 2015

SILVA, Alessandro Soares; EUZÉBIOS FILHO, Antonio. Poder, crise e insurgência no Brasil e o direito a ter direitos. **Psicologia USP**, v. 34, p. e210101, 2023.

SILVA, Mara Lucia Miranda et al. Análise e validação do conceito de espiritualidade e sua aplicabilidade no cuidado em saúde. **Ciencia y enfermería**, v. 27, 2021.

SOBOTTKA, Emil A. Da comunidade de fé à religiosidade politizada: instrumentalização política da religião no Brasil . **Estudos Teológicos**, [S. l.], v. 63, n. 2, 2024. DOI: 10.22351/et.v63i2.2911. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/ET/article/view/2911>. Acesso em: 4 out. 2025.

SOUTO, Caio Augusto Teixeira et al. Resistência e complementaridade biopolítica no dispositivo de religiosidade. 2024.

SOUZA, Waldir; CHEMIN, Marcia Regina Chizini; FERNANDES, Márcio Luiz. Experiência religiosa: : ética e profecia . **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, Belo Horizonte, v. 21, n. 64, p. e216414, 2023.